

## Masterbarter Negócios, Soluções e Pagamentos – Instituição de Pagamento S/A

CNPJ/MF nº 39.715.262/0001-78 – NIRE nº 52.300.042.712

Ata da 9ª Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 11 de setembro de 2023, às 10:00 horas

**Data, Hora e Local:** assembleia digital em 11 de setembro de 2023, às 10:00 horas, mediante plataforma digital *microsoft teams*. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista do comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76. **Mesa: Presidente:** Henry Singer Gonzalez; **Secretário:** Marco Aurélio dos Santos Borba. **Ordem do Dia: (i)** Lavratura da Ata na forma de sumário; **(ii)** Retirada, Cessão e transferência de ações para ingresso de nova acionista; **(iii)** Renúncia expressa dos demais acionistas ao exercício do direito de preferência na aquisição das referidas ações; **(iv)** As renúncias dos Srs. **Walter Herbert Dissinger** (Diretor Presidente), **Marco Aurélio dos Santos Borba**, (Diretor Executivo de Operações), e **Pacífico José Ferreira Junior** (Diretor Executivo Financeiro), todos já devidamente qualificados nos termos de renúncias apresentados, membros da Diretoria Executiva da Companhia, bem como acolhimento das renúncias dos Srs. **Walter Herbert Dissinger** (Conselheiro Presidente), **Francisco Eduardo Bueno Salomé Pereira** (Conselheiro Vice-Presidente), e **Maurício Parolin Russomanno** (Conselheiro de Administração), todos já devidamente qualificados nos termos de renúncias apresentados, membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** nomeação dos Srs. **(a) Henry Singer Gonzalez**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, economista, portador do RG nº 8.134.923-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 052.297.488-00, **(“Henry Singer Gonzalez”)**, **(b) Benedito Cesar Luciano**, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG nº 16461874 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 077.846.378-88, **(“Benedito Cesar Luciano”)** e **(c) Roberto Adib Jacob Junior**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador do RG nº 43.749.408-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 325.356.898-98 **(“Roberto Adib”)**, todos com endereço profissional situado na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120 ao cargo de membro da do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** eleição da Srta. **Helena Cardoso Cunha**, brasileira, maior, solteira, nascida em 29 de novembro de 1996, na cidade de Bragança Paulista/SP, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 44.011.495-0 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 439.287.248-35, com endereço profissional situado na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 153 – 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120, São Paulo/SP e de **Roberto Adib**, acima qualificado, ao cargo de membro da Diretoria Executiva da Companhia; **(vii)** alteração do endereço da sede da Companhia, com alteração da redação do Artigo Segundo do Estatuto Social; **(viii)** Consolidação do Estatuto Social e demais assuntos de interesse geral da Companhia. **Deliberações:** Os acionistas decidem, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **(I)** a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme previsto no § 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76; **(II)** A cessão e transferência da totalidade das ações para o ingresso da nova acionista, a **Frampar Participações Ltda**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.943.743/0001-69, NIRE/JUCESP 35239908154, com sede na rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-120, neste ato representada por **Henry Singer Gonzalez**, e a Srta. **Helena Cardoso Cunha**, ambos qualificados acima, ficando abaixo relacionada a operação entre os acionistas retratantes e a cessionária, cedendo e transferindo a totalidade das ações de cada um, da seguinte forma: a. Retira-se da sociedade o acionista Sr. **Walter Herbert Dissinger**, cidadão alemão, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade RNE nº V1572801 expedida pela CGP/DIREX/DPF e inscrito no CPF sob o nº 212.894.308-61, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, na Rua Tucumã, 99, apto. 171, Jardim Europa, CEP 01.455-010, neste ato cede e transfere a totalidade das suas ações a acionista ingressante **Frampar Participações Ltda**, já qualificada acima. **4.336** (quatro mil, trezentos e trinta e seis) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, emitidas ao valor de R\$ 0,952 (noventa e cinco centavos) cada, totalizando o valor de **R\$ 4.127,87** (quatro mil, cento e vinte e sete reais e oitenta e sete centavos), que o cedente acionista retratante declara já haver recebido da cessionária, em moeda corrente do País; b. Retira-se da sociedade o acionista Sr. **Francisco Eduardo Bueno Salomé Pereira**, brasileiro, empresário, casado sob o regime da separação total de bens, portador da cédula de identidade RG nº 12.623.220-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 118.859.388-96, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, na Rua Alemanha, nº 711, Jardim Europa, CEP 05452-000, neste ato cede e transfere a totalidade das suas ações a acionista ingressante **Frampar Participações Ltda**, já qualificada acima. **4.231** (quatro mil, duzentos e trinta e um) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, emitidas ao valor de R\$ 0,952 (noventa e cinco centavos) cada, totalizando o valor de **R\$ 4.027,91** (quatro mil, vinte e sete reais e noventa e um centavos), que o cedente acionista retratante declara já haver recebido da cessionária, em moeda corrente do País; c. Retira-se da sociedade o acionista Sr. **Marcelo Martins Borba**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 962.032 DGP-CGO, inscrito no CPF/MF sob o nº 282.383.891-00, residente e domiciliado à Rua Dom Armando Lombardi, nº 800, apto 51V, CEP- 05616-010, Bairro Vila Progredior, São Paulo/ SP neste ato cede e transfere a totalidade das suas ações a acionista ingressante **Frampar Participações Ltda**, já qualificada acima. **3.478** (três mil, quatrocentos e setenta e oito) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, emitidas ao valor de R\$ 0,952 (noventa e cinco centavos) cada, totalizando o valor de **R\$ 3.311,05** (três mil, trezentos e onze reais e cinco centavos), que o cedente acionista retratante declara já haver recebido da cessionária, em moeda corrente do País; d. Retira-se da sociedade o acionista Sr. **Emerson Soares Moreira**, brasileiro, engenheiro, casado sob o regime da separação total de bens, portador da cédula de identidade RG nº 19.447.574-8 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 163.654.578-55, residente e domiciliado na cidade de Santana de Parnaíba /SP, na Alameda Guaíba, nº 142, Residencial Dezoito do Forte, Alphaville, CEP 06.543-240, neste ato cede e transfere a totalidade das suas ações a acionista ingressante **Frampar Participações Ltda**, já qualificada acima. **1.346** (um mil, trezentos e quarenta e seis) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, emitidas ao valor de R\$ 0,952 (noventa e cinco centavos) cada, totalizando o valor de **R\$ 1.281,39** (um mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos), que o cedente acionista retratante declara já haver recebido da cessionária, em moeda corrente do País; e. Retira-se da sociedade o acionista Sr. **Maurício Parolin Russomanno**, brasileiro, empresário, casado sob o regime da separação total de bens, portador da cédula de identidade RG nº 22.689.534-8 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 273.539.928-98, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, na Rua São Bráulio, 342, Jardim Guedala, CEP 05.612-080, neste ato cede e transfere a totalidade das suas ações a acionista ingressante **Frampar Participações Ltda**, já qualificada acima. **692** (seiscentos e noventa e dois) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, emitidas ao valor de R\$ 0,952 (noventa e cinco centavos) cada, totalizando o valor de **R\$ 658,78** (seiscentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos), que o cedente acionista retratante declara já haver recebido da cessionária, em moeda corrente do País; f. Retira-se da sociedade a acionista denominada **Fram Capital Per Schei Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Capital Semente**, fundo constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.388.052/0001-97, com sede na cidade de São Paulo/SP, na rua Doutor Eduardo de Souza Aranha , 153, 4º andar , Vila Nova Conceição , CEP 04.543-120, neste ato representada por sua Gestora, **Fram Capital – Gestão de Ativos Ltda.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 153, 4º andar, Vila Nova Conceição , CEP 04.543-120, inscrita no CNPJ sob o nº 08.157.028/0001-49, NIRE/JUCESP **35220713161**, com sede social situada à na rua Doutor Eduardo de Souza Aranha , 153, 4º andar , Vila Nova Conceição , CEP 04.543-120, neste ato representada por **Henry Singer Gonzalez** e **Roberto Adib Jacob Junior**, ambos já qualificados, neste ato cede e transfere a totalidade das suas ações a acionista ingressante **Frampar Participações Ltda.**, já qualificada acima, **375** (trezentos e setenta e cinco) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, emitidas ao valor de R\$ 0,952 (noventa e cinco centavos) cada, totalizando o valor de **R\$ 357,00** (trezentos e cinquenta e sete reais), que a cedente acionista retratante declara já haver recebido da cessionária, em moeda corrente do País; **(III)** Os demais acionistas da Companhia, com fulcro nos Arts. 121, 171 e parágrafos, todos da Lei nº 6.404/76, renunciaram expressamente ao direito de preferência na aquisição das ações acima transferidas, ficando ratificada a operação e ingresso do novo acionista, sem qualquer observação ou ressalva, ficando o ingressante sub-rogado em todos os direitos, deveres e obrigações de acionista frente à Companhia, a partir do presente ato. **(IV)** Aceitação das renúncias dos Srs: **(i) Walter Herbert Dissinger** (Diretor Presidente), **(ii) Marco Aurélio dos Santos Borba**, (Diretor Executivo de Operações), e **(iii) Pacífico José Ferreira Junior** (Diretor Executivo Financeiro), dos seus respectivos cargos de membro da Diretoria Executiva da Companhia, para o qual foram nomeados na Assembleia Geral de Constituição da Sociedade realizada em 06 de outubro de 2020, cuja Ata encontra-se devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG, protocolada sob nº 201428601, em 05/11/2020 e registrada sob nº 52300042712, em 05/11/2020, bem como aceitação das renúncias dos Srs: **(i) Walter Herbert Dissinger** (Conselheiro Presidente), **(ii) Francisco Eduardo Bueno Salomé Pereira** (Conselheiro Vice-Presidente), e **(iii) Mauricio Parolin Russomanno** (Conselheiro de Administração), dos seus respectivos cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia, para o qual foram nomeados na 2ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2021, cuja Ata encontra-se devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG, protocolada sob nº 215690141, em 04/05/2021 e registrada sob nº 20215690141, em 05/05/2021. Os termos de renúncias integram a presente Ata na forma do **Anexo I. (V)** Nomeação de **(i)** Henry Singer Gonzalez, **(ii)** Benedito Cesar Luciano e **(iii)** Roberto Adib. Os Srs. Henry Singer Gonzalez, Benedito Cesar Luciano e Roberto Adib são investidos no cargo de membros do Conselho de Administração da Companhia, respectivamente, como **(i)** Conselho Presidente, **(ii)** Conselho Vice-Presidente e **(iii)** Conselheiro (nesta data, mediante as assinaturas dos respectivos Termos de Posse no Livro de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, e deverá permanecer investido de todos os poderes necessários e/ou convenientes à gerência e à administração da Companhia, observadas as limitações previstas no Estatuto Social, pelo prazo de 3 (três) anos a contar desta data, podendo, entretanto, ser destituído ou substituído a qualquer tempo, observadas as mesmas formalidades para sua nomeação). Fica atribuído como remuneração aos Conselheiros ora eleitos e nomeados, o valor global de 1 (um) salário mínimo vigente por ano no exercício do cargo. Os Srs. **(i)** Henry Singer Gonzalez, **(ii)** Benedito Cesar Luciano e **(iii)** Roberto Adib aceitaram o cargo que lhes é conferido e declaram, sob as penas da lei,

que não estão impedidos legalmente de exercerem quaisquer atividades de administração da Companhia, nos termos do Artigo 147, Parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. Os termos de posse integram a presente Ata na forma do **Anexo II. (VI)** A eleição do Sr. Roberto Adib e da Srta. Helena Cardoso Cunha, ambos já qualificados, ao cargo de membros da Diretoria Executiva da Companhia, respectivamente como: Diretor Presidente e Diretora Executiva Financeira (nesta data, conforme assinatura no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia, e deverão permanecer investidos de todos os poderes necessários e/ou convenientes à gerência e à administração da Companhia, observadas as limitações previstas no Estatuto Social, pelo prazo de 3 (três) anos a contar desta data, podendo, entretanto, serem destituídos ou substituídos a qualquer tempo, observadas as mesmas formalidades para sua nomeação). Fica atribuído como remuneração aos Diretores Executivos ora eleitos e nomeados, o valor global de 1 (um) salário mínimo vigente por ano no exercício do cargo O Sr. Roberto Adib e a Srta. Helena Cardoso Cunha aceitam o cargo que lhes é conferido e declaram, sob as penas da lei, não ter impedimentos ou restrições para a investidura em seus cargos, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do Artigo 147, Parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. Os termos de posse integram a presente Ata na forma do **Anexo II. (VII)** Alteração da mudança do endereço da sede da Companhia situada em Goiânia, Estado de Goiás, na Avenida T4, nº 619, sala 1501, 1502, 1503 e 1514, andar 15, Edifício Buena Vista Office, Setor Bueno, CEP 74.230-035 para a cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 153, 4º andar, sala 1, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-120. Desta forma, em decorrência da alteração do endereço da sede da Companhia, fica aprovada a alteração da redação do Artigo Segundo do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 2º – A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 153, 4º andar, sala 1, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-904, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, abrir, transferir e extinguir filiais, agências escritórios, ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior.” (VIII)** Os acionistas aprovaram, por fim, a reformulação de outras disposições do Estatuto Social da Companhia além daquela acima mencionada, a fim de melhor atender os interesses sociais da Companhia, bem como a consolidação de tal Estatuto Social, que passa a ter a redação do **Anexo III**, o qual integra esta ata como se nela estivesse escrito. Apresentam também no Anexo V o Quadro Atual de Participações Societárias da Companhia. **Encerramento:** Lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. O Presidente e a Secretário desta Assembleia Geral Extraordinária declaram que esta ata é cópia fiel da que está transcrita no livro de atas da Companhia. **Henry Singer Gonzalez** – Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração; **Marco Aurélio dos Santos Borba** – Secretário da Mesa; **Francisco Eduardo Bueno Salomé Pereira** – Acionista retratante; **Maurício Parolin Russomanno** – Acionista retratante; **Walter Herbert Dissinger** – Acionista retratante; **Marcelo Martins Borba** – Acionista retratante; **Fram Capital Per Schei Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Capital Semente** – Acionista retratante, p/p Henry Singer Gonzales Roberto Adib Jacob Junior; **Benedito Cesar Luciano** – Vice-Presidente do Conselho de Administração; **Emerson Soares Moreira** – Acionista retratante; **Roberto Adib Jacob Junior** – Conselheiro e Diretor Presidente eleito; **Helena Cardoso Cunha** – Diretora Vice-Presidente eleita; **Frampar Participações Ltda.** – Acionista Entrante, p/p Henry Singer Gonzales Helena Cardoso Cunha; **Parallax Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** – Acionista, p/p Delano Macedo de Vasconcellos. **Anexo III – Consolidação Masterbarter Negócios, Soluções e Pagamentos – Instituição de Pagamento S/A:** **CNPJ nº 39.715.262/0001-78: Estatuto Social – Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo Primeiro** – A empresa **MasterBarter Negócios, Soluções e Pagamentos – Instituição de Pagamento S/A**, é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, visando por prazo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 06/10/2020. A Companhia adota o nome de fantasia “MasterBarter”. **Artigo Segundo** – A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 153, 4º andar, sala 1, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-904, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, abrir, transferir e extinguir filiais, agências escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo Terceiro** – A Companhia tem por objeto social: **a)** exploração da atividade de instituidor de arranjo de pagamento, criando regras e procedimentos que disciplinam a prestação de serviço de pagamento; **b)** exploração da atividade de instituição de pagamento; **i.** disponibilizando serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento; **ii.** executando ou facilitando a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento; **III.** gerindo conta de pagamento; **IV.** emitindo instrumento de pagamento; **V.** executando remessa de fundos; e **VI.** convertendo moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa credenciando a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica. **c)** serviços em geral na área de meios eletrônicos de pagamento; **d)** atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios, exceto imobiliários; **e)** correspondente de instituições financeiras; **f)** administração de cartões de crédito; **g)** operadora de cartões de débito; **h)** atividades auxiliares dos serviços financeiros e bancários; e **i)** emissão de vales-alimentação, vales transporte e similares. **Capital Social e Ações: Artigo Quarto** – O capital social é de R\$ 4.604.086,00 (quatro milhões, seiscentos e quatro mil e oitenta e seis reais), dividido em 15.186 (quinze mil, cento e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 14.472 (quatorze mil, quatrocentos e setenta e duas) ações ordinárias nominativas da Classe V (com direito a voto), na forma do Boletim de Subscrição da Companhia, todas subscritas e integralizadas em moeda corrente do País. **Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** – Somente as ações preferenciais da Classe V conferem direito a voto aos seus titulares. As demais ações preferenciais não conferem direito a voto aos seus titulares. Todas as ações preferenciais contam com as seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia; (b) preferência no recebimento de dividendos; e (c) direito de conversão em ações ordinárias da Companhia, a partir de 01 de maio de 2022, que será previsto em separado no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Terceiro** – Os recursos mantidos nas contas de pagamentos, nos termos do art. 12 da Lei 12.865/2013: (i) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da Companhia; (ii) não respondem direito ou indiretamente por nenhuma obrigação da Companhia, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da Companhia; (iii) não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela Companhia; e (iv) não compõem o ativo da Companhia, para efeito de fidejussão ou liquidação judicial ou extrajudicial. **Parágrafo Quarto** – A Companhia passará a ter capital autorizado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, ficando autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de novas ações ordinárias e preferenciais limitadas até 10% do capital social total, por deliberação do Conselho de Administração que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. **Parágrafo Quinto** – Após a deliberação do Conselho de Administração pelo aumento de capital dentro do capital autorizado, a Companhia deverá, na primeira assembleia geral que realizar, atualizar o presente Artigo Quarto, referente ao valor do capital social. **Parágrafo Sexto:** Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, determinar a sua revenda ou circulação, observadas as normas estatutárias e demais disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Sétimo:** Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, com base em planos aprovados pela Assembleia Geral. **Emissão de Títulos: Artigo Quinto** – Para a consecução do objeto social, especialmente visando obter fundos necessários para cumprir as obrigações referentes ao objeto empreendido, a sociedade poderá aprovar emissões de debêntures. **Parágrafo Único** – As cauteias, títulos múltiplos ou certificados de ações, serão assinados por 02 (dois) diretores, sendo um o Diretor Presidente, conforme diretrizes fixadas pela Assembleia Geral. **Da Administração da Sociedade: Artigo Sexto** – A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva. **Conselho de Administração: Artigo Sétimo** – O Conselho de Administração será composto inicialmente por 03 (três) membros. A composição do Conselho de Administração poderá ser alterada para 05 (cinco) membros eleitos por ato da Assembleia Geral, sendo certo que um deles será designado Presidente e outro Vice-Presidente, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Artigo Oitavo** – As Reuniões do Conselho de Administração deverão ocorrer ao menos uma vez a cada 06 (seis) meses, ou em menor periodicidade caso assim venha a ser necessário, em datas a serem fixadas pelo Conselho de Administração, e serão convocadas por qualquer dos membros do órgão com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, por meio de comunicação escrita enviada aos Conselheiros, com a indicação das matérias a serem discutidas, acompanhadas dos documentos a elas pertinentes, quando for o caso. A presença de todos os membros do Conselho de Administração permitirá a realização de Reuniões do Conselho de Administração independentemente da convocação aqui prevista. **Artigo Nono** – As Reuniões do Conselho de Administração poderão validamente instalar-se com a presença de no mínimo 03 (três) dos seus membros e serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-presidente. Ao Presidente do Conselho de Administração caberá a escolha de um dos Conselheiros presentes para secretariar os trabalhos. **Parágrafo Primeiro** – Será considerado presente à reunião o conselheiro (i) que possa dela participar à distância, através de meio de comunicação adequado, incluindo, mas a tanto não se limitando, por meio de áudio ou videoconferência, tudo sem qualquer prejuízo à validade das decisões tomadas, manifestando seu voto, bem como (ii) que conferir poderes de representação a outro conselheiro, indicando expressamente o teor do voto a ser proferido. **Parágrafo Segundo** – O conselheiro que participar da reunião na forma do item (i) do Parágrafo Primeiro acima deverá, em até 2 (dois) dias úteis subsequentes à realização da reunião do órgão, confirmar o voto emitido por escrito, através de carta registrada, telegrama, e-mail com confirmação de recebimento ou qualquer outro meio que evidencie o recebimento do voto pela Companhia, comunicações estas que deverão ser endereçadas ao Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro** – As atas das reuniões do Conselho de Administração serão transcritas em livro próprio. **Parágrafo Quarto** – As deliberações nas Reuniões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos membros do Conselho. **Parágrafo Quinto** – Compete ao Conselho de Administração, deliberando por maioria dos presentes: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir membros da Diretoria; (iii) fixar as atribuições dos Diretores da Companhia; (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e das contas da Diretoria; (v) autorizar a contratação de empréstimos, financiamentos e quaisquer

endividamentos da Companhia, bem como a concessão de avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, de qualquer acionista, de administrador ou de empregado da Companhia, em qualquer valor; (vi) deliberar sobre a emissão de debêntures, bem como as condições de emissão das mesmas; (vii) escolher e destituir Auditores Independentes; (viii) deliberar sobre o aumento de capital social, independentemente de reforma estatutária, dentro do capital autorizado (Artigo Quarto, Parágrafo Quarto), fixando as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. **Parágrafo Sexto** – Compete a qualquer dos membros do Conselho de Administração: (i) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (ii) convocar a Reunião do Conselho de Administração quando julgar conveniente; (iii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei 6.404/1976; e (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e das contas da Diretoria; **Da Diretoria Executiva: Artigo Décimo** – A Diretoria Executiva terá poderes conferidos em Lei e por este Estatuto Social, permitindo-se em qualquer caso a reeleição, dispensando-se a constituição de caução em garantia das gestões, com mandato de 3 (três) anos e com remuneração fixada na quantia de 1 (um) salário mínimo por ano, vigente no exercício legal. **Parágrafo Único** – Os Diretores Executivos tomarão posse na forma do que dispõe a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e deverão observar o disposto legal, especialmente no que diz respeito aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades. **Artigo Décimo Primeiro** – A Diretoria Executiva é composta de no mínimo 02 (dois) e máximo 05 (cinco) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Executivo Financeiro, e os demais serão classificados como “sem designação específica”, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** – Os diretores poderão ser reeleitos e a investidura no cargo será feita por termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”, assinada pelo respectivo Diretor. **Parágrafo Segundo** – A escolha dos Diretores recairá sobre profissionais que atendam a todos os requisitos legais aplicáveis, que sejam de competência reconhecida no mercado de trabalho, nas respectivas áreas de atuação e que dediquem a Companhia o tempo compatível com as funções a eles atribuídas. **Parágrafo Terceiro** – No caso de vacância de cargo a substituição deverá ser procedida pelo Conselho de Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu a causa a substituição. **Parágrafo Quarto** – Em qualquer caso de ausência ou impedimento temporário ou, mesmo vacância de cargos, o Conselho de Administração deliberará sobre o provimento ou o preenchimento do cargo, elegendo o substituto, ou quando for o caso, apenas um suplente. **Artigo Décimo Segundo** – A Diretoria se reunirá sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo Único** – A Diretoria deliberará por maioria de votos. Em se verificando qualquer impasse entre os Diretores, a matéria objeto da discussão e impasse será levada a deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme aplicável, que decidirá em última instância sobre o assunto. **Competência da Diretoria e Representação: Artigo Décimo Terceiro** – Observando o que dispõe este Estatuto e o que o Conselho de Administração vier a determinar, a Diretoria Executiva tem os mais amplos e gerais poderes de representação e administração dos negócios sociais, representando a Companhia em juízo ou administrativamente, considerando-se a sociedade validamente obrigada, mediante: (i) a assinatura conjunta de dois Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente; ou (ii) a assinatura conjunta de um Diretor com um procurador. **Parágrafo Primeiro** – A Companhia poderá constituir procuradores, com poderes específicos ou gerais, que deverão assinar obrigatoriamente em conjunto de um dos diretores devendo o instrumento de mandato ser assinado por dois Diretores, sempre por prazo certo, nunca superior a 1 (um) ano, excetuadas as procurações outorgadas em caráter ad judicium. **Parágrafo Segundo** – Compete à Diretoria: (i) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei 6.404/76; (ii) expedir as normas e regulamentos básicos necessários à organização e funcionamento da Companhia; (iii) submeter a Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, conforme o caso, todos os atos que sejam da competência de cada um desses órgãos, preparando todas as informações que possam dar subsídio às respectivas deliberações; (iv) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como das deliberações da Assembleia Geral; e (v) elaborar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos que devam ser apresentados à Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro** – Compete ao Diretor Presidente: (i) em conjunto de qualquer dos demais Diretores, nos termos do Artigo Décimo Terceiro acima, exercer a representação da Companhia; (ii) convocar a Reunião da Diretoria quando julgar necessário ao desempenho e execução das atividades administrativas da Companhia; (iii) elaborar o planejamento estratégico para execução das orientações direcionadas pelo Conselho de Administração da Companhia; (iv) o gerenciamento de riscos, nos termos do caput do art. 19, da Circular do Banco Central do Brasil nº 3.681, de 4 de novembro de 2013. **Parágrafo Quarto** – Compete ao Diretor Executivo de Operações: (i) em conjunto de qualquer dos demais Diretores exercer as atribuições relacionadas à administração dos negócios sociais; (ii) realizar a captação e estruturação de novos negócios para a Companhia; e (iii) acompanhar as operações da Companhia, controlando os processos e equipes que desenvolverão as atividades sociais. **Parágrafo Quinto** – Compete ao Diretor Executivo Financeiro: (i) realizar o controle financeiro da Companhia, sempre enviando os melhores esforços para o exercício do controle de custos e maximizar as receitas; (ii) elaborar os relatórios de acompanhamento financeiro da Companhia, com a devida prestação de contas aos Acionistas; (iii) fiscalizar os trabalhos dos auditores independentes, quando em exercício; (iv) aprovar as demonstrações financeiras e contábeis; (v) a atividade de administração de recursos de terceiros. **Artigo Décimo Quarto** – Além das atribuições gerais conferidas pelo estatuto social da Companhia e pela lei, competirão aos Diretores da Companhia a responsabilidade pelas seguintes matérias: (i) verificação do cumprimento das normas relativas à conta de pagamento previstas na Circular do Banco Central do Brasil nº 3.680, de 4 de novembro de 2013; (ii) o cumprimento e aplicação da Circular do Banco Central do Brasil nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, conforme alterada, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD); (iii) a aplicação da política de segurança cibernética da Companhia e a execução do plano de ação e de resposta a incidentes, nos termos da Circular nº 3.909/2018, do Banco Central do Brasil; (iv) Ouvidoria da Companhia, nos termos da Resolução nº 4.860/2020, do Conselho Monetário Nacional.” **Parágrafo Único** – A Companhia deverá atribuir as responsabilidades acima aos Diretores da Companhia, sendo permitida a cumulação das atividades acima, desde que: (i) o Diretor responsável pela administração de recursos de terceiros e, se aplicável, a realização de operações sujeitas aos riscos de crédito, não cumule nenhuma das outras responsabilidades acima; e (ii) a cumulação das responsabilidades não importe em conflito de interesse com as demais atribuições do Diretor. **Artigo Décimo Quinto** – As políticas e procedimentos internos da Companhia para controle e prevenção dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, deverão ser aprovadas pela diretoria da Companhia e observarão as seguintes diretrizes: (i) elaborar um manual interno das políticas e procedimentos indicando as responsabilidades dos integrantes de cada nível hierárquico da instituição; (ii) contemplar a coleta e registro de informações tempestivas sobre clientes, que permitam a identificação dos riscos de ocorrência da prática dos mencionados crimes; (iii) definir os critérios e procedimentos para seleção e treinamento dos empregados da Companhia; (iv) incluir a análise prévia de novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção dos mencionados crimes; e (v) receber ampla divulgação interna. **Parágrafo Primeiro** – Os procedimentos internos devem incluir medidas prévias e expressamente estabelecidas que permitam confirmar as informações cadastrais dos clientes e identificar os beneficiários finais das operações e possibilitar a caracterização ou não de clientes como pessoas politicamente expostas. **Parágrafo Segundo** – A Companhia deve observar política de governança, aprovada pela diretoria, que aborde os aspectos relativos ao gerenciamento de riscos, gestão de patrimônio e à preservação do valor e da liquidez das moedas eletrônicas emitidas. **Parágrafo Terceiro** – A política de governança da Companhia deve: (i) ser adequadamente documentada e submetida a revisões anuais, com a documentação mantida à disposição do Banco Central do Brasil; (ii) definir atribuições e responsabilidades; (iii) e garantir a independência das atividades de gerenciamento de riscos, inclusive mediante segregação entre a área operacional e a de gestão de risco. **Da Ouvidoria: Artigo Décimo Sexto** – A Companhia constituirá e manterá Departamento de Ouvidoria para assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre essas instituições e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. **Parágrafo Primeiro** – O componente organizacional de Ouvidoria será segregado da unidade executora da atividade de auditoria interna. **Parágrafo Segundo** – Constituem atribuições da Ouvidoria: (i) prestação de atendimento de última instância às demandas dos clientes usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionados nos canais de atendimento primário da Companhia; (ii) atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e (iii) informar à Diretoria a respeito das atividades da Ouvidoria. **Parágrafo Terceiro** – As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: (i) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; (ii) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; (iii) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; (iv) manter a Diretoria informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Companhia para soluções; e (v) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria, quando existente, e à Diretoria, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **Parágrafo Quarto** – O atendimento prestado pela Ouvidoria: (i) deve ser identificado por meio de número de protocolo, o qual deve ser fornecido ao demandante; (ii) deve ser gravado, quando realizado por telefone, e, quando realizado por meio de documento escrito ou por meio eletrônico, arquivada a respectiva documentação; e (iii) pode abranger: (a) excepcionalmente, as demandas não recepcionadas inicialmente pelos canais de atendimento primário; e (b) as demandas encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, por órgãos públicos ou por outras entidades públicas ou privadas. **Parágrafo Quinto** – O prazo de resposta para as demandas não pode ultrapassar 10 (dez) Dias Úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação. **Parágrafo Sexto** – Compete à Diretoria designar o Ouvidor, sendo permitido ao Diretor responsável pela Ouvidoria, desde que não haja conflito de interesses ou de atribuições, desempenhar outras atividades na instituição, inclusive a de Ouvidor, exceto a de diretor de administração de recursos de terceiros. **Parágrafo Sétimo** – O Ouvidor terá mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Oitavo** – O Ouvidor será designado consoante os seguintes critérios: (i) ter reputação ilibada; (ii) não estar impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a proprie-

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/12/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





... continuação da Ata da 9ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de setembro de 2023, às 10:00 horas da Masterbarter Negócios, Soluções e Pagamentos – Instituição de Pagamento S/A dade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (iii) formação em curso de nível superior; (iv) amplo conhecimento das atividades desenvolvidas pelas instituições representadas e dos seus produtos, serviços, processos, sistemas etc.; (v) capacidade funcional de assimilar as questões que são submetidas à Ouvidoria, fazer as consultas administrativas aos setores cujas atividades foram questionadas e direcionar as respostas obtidas em face dos questionamentos apresentados; e (vi) condições técnicas e administrativas de dar atendimento às demais exigências decorrentes dos normativos editados sobre as atividades da Ouvidoria.

**Parágrafo Nono** – O Ouidor poderá ser destituído a qualquer tempo durante a vigência do seu mandato nas seguintes hipóteses: (i) descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo; (ii) desempenho aquém daquele esperado; (iii) deixar de observar um dos requisitos previstos no Parágrafo Oitavo acima; (iv) em razão de demissão; e (v) quando figurar em escândalos, indiciamentos, investigações criminais que causem ou possam causar potencial dano de imagem à Companhia.

**Parágrafo Décimo** – O Diretor responsável pela Ouvidoria é responsável pela observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, devendo estar ciente de suas obrigações para com os clientes e usuários dos produtos e serviços da Companhia.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – O Diretor responsável pela Ouvidoria deverá elaborar relatório semestral, relativo às atividades da Ouvidoria, nas datas bases de 30 de junho e 31 de dezembro e sempre que identificada ocorrência relevante, o qual deverá ser elaborado de acordo com as disposições do Banco Central do Brasil e encaminhado à auditoria interna, ao comitê de auditoria, quando existente, e à Diretoria.

**Parágrafo Décimo Segundo** – A Companhia assume o compromisso de: (i) criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e (ii) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – A Companhia divulgará semestralmente, em sua página na Internet, as informações relativas às atividades desenvolvidas pela Ouvidoria.

**Conselho Fiscal: Artigo Décimo Sétimo** – O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei.

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal será composto por no mínimo de 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros efetivos, tendo cada membro efetivo o seu respectivo suplente, pelo que, quando da eleição deverá ficar consignada essa suplência.

**Parágrafo Segundo** – Aplicam-se ao Conselho Fiscal, quanto às normas de eleição, funcionamento, requisitos, impedimentos, investidura, obrigações, deveres e responsabilidades e remuneração o que dispõe a Lei 6.404/76, artigos 161 a 165, seus parágrafos, incisos e alíneas, submetendo-se os membros às seguintes regras: (i) aplica-se a investidura dos cargos, o que dispõe o artigo 149 da Lei 6.404/76; (ii) a competência dos conselheiros é individual, pelo que o Conselho Fiscal não funcionará com caráter de colegiado, tendo cada conselheiro o direito de lançar, no respectivo Livro de Atas do Conselho Fiscal, individualmente todos os pareceres que julgar convenientes; e (iii) a entrega dos documentos e comunicação contidas no artigo 163, incisos III, VI, VII e parágrafos primeiro e terceiro da Lei 6.404/76, deverão ser efetivadas pelos Diretores Executivos responsáveis pela administração da Companhia.

**Arbitragem: Artigo Décimo Oitavo** – As divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre os acionistas controladores e os

acionistas minoritários, deverão ser solucionadas mediante arbitragem.

**Parágrafo Primeiro** – A arbitragem será regida de acordo com as regras do Regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CAM/CCBC”), ficando o CAM/CCBC responsável pela administração do procedimento arbitral. Caso o Regulamento de Arbitragem do CAM/CCBC seja omissivo em qualquer aspecto não compreendido nesta cláusula compromissória, as Partes desde já concordam em aplicar supletivamente, e nessa ordem, as leis procedimentais brasileiras previstas na Lei nº 9.307/96 e no Código de Processo Civil brasileiro.

**Parágrafo Segundo** – Caso surja eventual controvérsia entre as Partes, qualquer delas poderá notificar as demais Partes envolvidas na controvérsia (“Notificação Arbitral”), reconhecendo a existência da mesma e iniciando as negociações para sua solução. Caso a controvérsia não seja sanada em até 10 (dez) Dias úteis contados do recebimento da Notificação Arbitral, poderá ser submetida à arbitragem, observados os termos deste Décimo Oitavo e parágrafos. A arbitragem, porém, poderá versar sobre todas as questões submetidas ao Tribunal Arbitral pelas Partes, não ficando limitada exclusivamente à questão objeto da Notificação Arbitral.

**Parágrafo Terceiro** – A instituição da arbitragem e seu processamento deverão seguir as regras dispostas no Regulamento do CAM/CCBC. Caberá ao Tribunal Arbitral decidir nos casos de omissão e divergência.

**Parágrafo Quarto** – O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros (separadamente denominado “Árbitro” ou, em conjunto, “Árbitros”), devendo um ser indicado pelo(s) requerente(s) da arbitragem e o outro, pelo(s) requerido(s), sendo que os 2 (dois) primeiros Árbitros deverão indicar o terceiro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral. No caso de arbitragem de múltiplas partes, as partes integrantes do mesmo polo no processo indicarão de comum acordo um árbitro, observando-se o estabelecido no Regulamento.

**Parágrafo Quinto** – A sede da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e o idioma da arbitragem será o português.

**Parágrafo Sexto** – Os Árbitros deverão decidir com base na legislação brasileira aplicável, sendo vedada a aplicação do princípio da equidade.

**Parágrafo Sétimo** – As Partes concordam em empregar todos os seus esforços para chegar a uma pronta, econômica e justa resolução de qualquer disputa apresentada para arbitragem.

**Parágrafo Oitavo** – O laudo arbitral será considerado final e definitivo e obrigará as Partes, na forma da lei, que desde já renunciam expressamente a qualquer forma de recurso contra o laudo arbitral, mantidos os direitos relativos ao pedido de esclarecimentos (art. 30 da Lei nº 9.307/96) e eventual propositura de ação judicial de declaração de nulidade de laudo arbitral (art. 33 da Lei nº 9.307/96).

**Parágrafo Nono** – Independentemente do disposto acima, qualquer das Partes poderá recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente nos casos abaixo determinados, sem que tal conduta seja considerada como ato de renúncia à arbitragem como único meio de solução de controvérsias escolhido pelas Partes: (i) para execução específica prevista neste Acordo; (ii) para assegurar a instituição da arbitragem; (iii) para obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à constituição do Tribunal Arbitral; e (iv) para execução de qualquer decisão do Tribunal Arbitral, incluindo, mas não se limitando, ao laudo arbitral; (v) para pleitear eventual nulidade da sentença arbitral. Para tanto, as Partes desde já elegem o Foro da Comarca de Goiânia, estado de Goiás, como exclusivamente competente para analisar e julgar essas questões, com expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

**Parágrafo Décimo** – A responsabilidade pelo pagamento das custas da arbitragem será determinada em conformidade com o Regulamento de Arbitragem do CAM/CCBC ou pelo Tribunal Arbitral.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – Esta cláusula compromissória obriga as Partes e, igualmente, a Companhia.

**Assembleias Gerais: Artigo Décimo Nono** – As Assembleias Gerais serão convocadas na forma da Lei nº 6.404/76.

**Parágrafo Único** – As Assembleias serão presididas de forma alternada pelos acionistas, que, por sua vez, escolherão o Secretário

para a composição da mesa.

**Artigo Vigésimo** – As Assembleias Gerais da Companhia, observando o que vem estabelecido no artigo décimo primeiro supra se realizarão: (i) ordinária e anualmente, com a finalidade prevista no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, nos quatro primeiros meses subsequentes ao encerramento do exercício social; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

**Artigo Vigésimo Primeiro** – O quórum de deliberação da Assembleia Geral obedecerá às disposições constantes da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as seguintes matérias para as quais será exigido um quórum de no mínimo 60% (sessenta por cento) do capital social votante: (i) venda, cessão, ou qualquer forma de alienação do ativo imobilizado de propriedade da Companhia; (ii) alterações estatutárias que, direta ou indiretamente, possam alterar o objeto social da Companhia; (iii) cisão, fusão ou incorporação da Companhia; (iv) liquidação da Companhia; (v) participação em outras companhias; (vi) aprovar o orçamento anual, bem como o plano estratégico da Companhia.

**Exercício Social, Lucros e Dividendos: Artigo Vigésimo Segundo** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaborados o balanço geral e as demonstrações financeiras exigidas em lei.

**Artigo Vigésimo Terceiro** – Ao final de cada exercício social serão levantados um balanço patrimonial e demonstração de resultados, com observância dos preceitos legais e feitas as amortizações necessárias, inclusive o pagamento de participações a debêntures em circulação, apurando-se o lucro líquido.

**Parágrafo Primeiro** – Após as deduções previstas, a Assembleia Geral deliberará sobre a distribuição dos lucros, através de proposta da Diretoria Executiva.

**Parágrafo Segundo** – Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

**Liquidação: Artigo Vigésimo Quarto** – A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei competindo a Assembleia Geral eleger o liquidante, fixando-lhe a remuneração.

**Disposições Transitórias: Artigo Vigésimo Quinto** – Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pelas disposições contidas na Lei número 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e demais disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis.

**Acordo de Acionistas: Artigo Vigésimo Sexto** – A Companhia observará o Acordo de Acionista arquivado em sua sede, que discipline sobre, entre outras matérias, a compra e venda de ações, o direito de preferência na sua compra, o exercício do direito de voto ou o poder de controle, e averbará nos livros de Registro de Ações Nominativas e nos certificados de ações, se emitidos, as obrigações e ônus deles decorrentes.

**Parágrafo Primeiro** – As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido averbados nos livros de registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desse acordo e o presidente da Assembleia Geral ou o Diretor Presidente não computará o voto proferido por Acionista ou membro da Diretoria com infração ao Acordo de Acionistas, devidamente arquivado, sendo ainda expressamente vedado à Companhia, entre outras matérias, aceitar e proceder à transferência, à oneração e/ou à cessão de ações ou de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários, que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de Acionistas.

**Parágrafo Segundo** – No caso de qualquer divergência entre o presente Estatuto Social e o Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, as disposições do Acordo de Acionistas deverão prevalecer.

**Disposições Finais: Artigo Vigésimo Sétimo** – O presente instrumento obriga as partes e seus herdeiros e sucessores a qualquer título. Junta Comercial do Estado de Goiás. Certifico o Registro em 19/10/2023, 12:28 horas, sob nº 20232805016. Protocolo 232805016 de 27/09/2023. Paula Nunes Lobo Veloso Rossi – Secretária Geral.

# Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

DATA

São Paulo

MERCANTIL



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/12/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

